

Dúvida angustiante

O trabalhador brasileiro ingressa no ano de 2007 com uma grande dúvida: haverá ou não reforma da Previdência? Esta dúvida, por sua vez, dá margem a outras inúmeras questões: se vier a ocorrer, será uma reforma profunda ou superficial? Suprimirá mais direitos? Tenderá a achatá-los ainda mais os benefícios? Será novamente direcionada sob a ótica fiscalista/monetarista, ou haverá um viés social?

O jornalismo foi feito para produzir respostas, e não para oferecer perguntas ao leitor. Mas, a essa altura dos acontecimentos, parece impossível dar uma resposta exata a essa questão de crucial importância para toda a classe trabalhadora. A Imprensa tem oferecido aos leitores um cipoal imenso de contradições. Ora menciona os estudos que o governo estaria promovendo para aumentar a idade mínima. Ora sugere que essa idade mínima passaria a substituir o fatídico fator previdenciário. Ora afirma que idade mínima e fator previdenciário passarão a coexistir. Em meio a todas essas especulações, o próprio presidente Lula tem demonstrado disposição em jogar água fria na fervura, com repetidos e incisivos pronunciamentos de que essa reforma não será feita no seu segundo mandato.

Um dos últimos pronunciamentos feitos pelo presidente da República restaura, de forma significativa, uma verdade que a ANFIP tem demonstrado sistematicamente ao longo de todos esses anos: a Seguridade Social é superavitária, e o chamado déficit resulta na verdade da inobservância dos pressupostos estabelecidos pelo constituinte de 1988 ao criar as fontes de custeio para o sistema de Seguridade Social como um todo – abrangendo Previdência, Saúde e Assistência Social.

Há outras questões de uma clareza límpida que poucas pessoas se dispõem a admitir. Uma das mais evidentes é a de que a saúde financeira da Previdência depende basicamente do desempenho da economia, o que é dito e repetido incansavelmente desde a gestão do ex-ministro Reinhold Stephanes, que costumava sintetizar esse imperativo ao observar que, se a Economia vai bem, a Previdência vai bem. Uma visão holística da realidade brasileira é indispensável para que se dei-

xe de encarar a Previdência como um compartimento estanque, que dependa apenas de si própria para gerar a sua própria saúde financeira. Mais do que isso, é necessário ter em mente que a Previdência Social – e, em dimensão mais ampla, a Seguridade Social – deve ser encarada como um investimento do Estado para produzir bem-estar social e, em contrapartida, para estancar o aguçamento de males que derivam de um país desigual, quais sejam: a violência, as pandemias, os grandes focos de miséria absoluta, que terminam inexoravelmente por deflagrar o caos social, notadamente nos grandes centros urbanos, com reflexos em todo o país.

É inexplicável que até hoje existam mentes obtusas que se mostram incapazes – intencionalmente ou não –

de aquilatar a importância da ação do Estado em setores que somente produzem frutos se não predominar o imperativo do lucro, que é o que interessa à iniciativa privada. Outra distorção que precisa ser eliminada de vez é a de que o Estado oferece algo de graça. Não existe, portanto, “educação gratuita”, conforme se costuma afirmar com relação ao ensino público, e muito menos assistência à saúde e Previdência gratuitas. A população, que paga tributos pesados, tem direito à contrapartida de uma vida saudável que atenda às mínimas expectativas de toda

a sociedade, e nisso está embutida a segurança, a paz social e todos os itens que derivam exatamente do investimento destinado a estancar a escalada da miséria e a criar um clima propício ao progresso social de forma homogênea. Dentro dessa visão, não há como encarar a Previdência como algo que não seja um grande investimento propulsor dessa paz social.

Nesta edição, a Revista de Seguridade Social pretende aprofundar esse debate, com matérias e entrevistas que destacam primordialmente esse que é o grande debate nacional em início de segundo mandato do presidente Lula. Da forma como as coisas têm caminhado até agora, privilegia-se o debate sobre o custeio em prejuízo do que se pretende alcançar para que o Brasil seja alçado à categoria dos países onde itens como segurança do cidadão não estejam presentes apenas no noticiário policial.

A saúde financeira da Previdência depende basicamente do desempenho da economia

PLC 20

Gostaria de parabenizar a ANFIP pela forma como se conduziu durante a tramitação do PLC 20/06. Ao contrário de seus opositores, nunca usou argumentos falaciosos ou incompletos. Pior do que uma mentira é a meia verdade, pois o referido preceptivo em nada alterará a estrutura do Orçamento da Seguridade Social. Em nenhum momento os adversários desta medida de racionalização fizeram questão de ressaltar o dispositivo que mantém em contabilidade separada as contribuições previdenciárias.

É um contra-senso alegar "tunga" nas verbas previdenciárias e, ao mesmo tempo, repugnar a hipótese de a SRP vir a arrecadar e a fiscalizar a COFINS, o PIS e a CSLL, além dos concursos de prognósticos, que, somados, envolvem mais de 60% do montante arrecadado pela SRF.

Com a perspectiva de gradual desoneração da folha e transferência do financiamento da Previdência para o faturamento, o velhoditado "farinha pouca, meu pirão primeiro" transformou-se em "mais farinha só para o meu pirão".

Luís David - AFPS - DRP
RJ - SUL

Boa pauta

A trágica história da mãe que foi presa, espancada e violentada sob a falsa acusação de haver assassinado a própria filha é uma prova de que chegamos ao fundo do poço em termos de violência no Brasil. E, nesse quadro de horrores, ainda há quem combata os movimentos de direitos humanos. É inacreditável.

Creio que a Revista de Seguridade Social, que tem tratado de temas sociais variados, poderia entrar na seara da violência e mostrar a intranquilidade em que vive hoje a sociedade. Seria uma boa pauta para intensificar o debate sobre tema tão importante.

No mais, gostaria de parabenizar toda a equipe da Revista, que continua sendo leitura obrigatória aqui em casa, não só pelos temas abordados, como também pela imparcialidade e rigor com que trata todos os assuntos, tanto aqueles diretamente relacionados à Seguridade Social, como também temas políticos, sobre educação, economia e outros de interesse geral.

Geralda A. de S. Vasques
Rio de Janeiro - RJ

A assinatura da Revista de Seguridade Social é gratuita.

Envie seus dados (nome e endereço completos) para o e-mail: cadastro@anfip.org.br

REVISTA DE
Seguridade Social
ANFIP

Publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social

CONSELHO EDITORIAL

Assunta Di Déa Bergamasco

Benedito Cerqueira Seba

Marcelo Oliveira

Ovídio Palmeira Filho

Raul Chamadoiro Cabadas Filho

Rodrigo da Costa Pôssas

DIRETOR RESPONSÁVEL:

Rodrigo da Costa Pôssas

REDAÇÃO,
COORDENAÇÃO E EDIÇÃO:

(www.textosmil.com.br)

REPORTAGEM:

Gerson Menezes e Viviane Ponte Sena

EDITOR: Gerson Menezes

ILUSTRAÇÕES: Pablo Alejandro

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:

Alexandre dos Santos Valente

Kenia Dias Almeida

FOTOS: Júlio Fernandes e Arquivo

Esta edição: 20.000 exemplares

Distribuição gratuita

Permitida a reprodução total ou parcial dos textos. Pede-se citar a fonte. As matérias e artigos publicados não refletem, necessariamente, a opinião do Conselho Executivo da Anfip.

ANFIP

Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social

SBN, Quadra 1, Bloco H,
Ed. ANFIP - CEP 70.040-907
Brasília, DF

Fone: (61) 3326-8113

Fax: (61) 3326-6078

E-mail: info@anfip.org.br

Home page: http://www.anfip.org.br

CONSELHO EXECUTIVO

Ovídio Palmeira Filho
PRESIDENTE

Armando dos Santos
VICE-PRESIDENTE

Raul Chamadoiro Cabadas Filho
ASSUNTOS FISCAIS

Benedito Cerqueira Seba
POLÍTICA DE CLASSE

Maria do Carmo Costa Pimentel
POLÍTICA SALARIAL

Marcelo Oliveira
SEGURIDADE SOCIAL

Misma Rosa Suhett
APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Assunta Di Déa Bergamasco
CULTURA PROFISSIONAL

Antônio Silvano Alencar de Almeida
SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

Nildo Manoel de Souza
ASSUNTOS JURÍDICOS

José Avelino da Silva Neto
ADMINISTRAÇÃO

João Alves Moreira
PATRIMÔNIO E CADASTRO

Josemar Jorge Cecatto Santos
FINANÇAS

Décio Bruno Lopes
PLANEJAMENTO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

Rodrigo da Costa Pôssas
COMUNICAÇÃO SOCIAL

Maria Aparecida F. Paes Leme
RELAÇÕES PÚBLICAS

Rodolfo Fonseca dos Santos
ASSUNTOS PARLAMENTARES

Augusto Conte Soares Neto
INTERASSOCIATIVA

CONSELHO FISCAL

Tarciso Cabral de Medeiros (RN)
Albenize Gatto Cerqueira (PA)
Roswílzio José Moreira Góis (BA)

CONSELHO DE REPRESENTANTES

COORDENADORA: Léa Pereira de Mattos - DF
VICE-COORD.: Maria Janeide da Costa R. e Silva - PB
SECRETÁRIA: Eucélia Maria Agrizzi Mergar - ES
ADJUNTO: Ademar Borges - PR

Heliomar Lunz - AC
Francisco de Carvalho Melo - AL
Emir Cavalcanti Furtado - AP
Miguel Arcaño Simas Novo - AM
Luiz Antônio Gitirana - BA
Manoel Eliseu de Almeida - CE
Filoneto José dos Santos - GO
Carlos Alberto Reis de Andrade - MA
José Caetano de Melo - MT
João de Brito Torres - MS
Afonso Ligorio de Faria - MG
Ennio Magalhães Soares da Câmara - PA
Zélia Duarte Costa - PE
João Soares da Silva Sobrinho - PI
Alfredo Miranda de Lemos - RJ
Jonilson Carvalho de Oliveira - RN
Ocenir Sanches - RO
André Luiz Spagnuolo Andrade - RR
Dulce Wiltenbring de Lima - RS
Caetano Évora Silveira Neto - SC
Carmelina Calabrese - SP
Jorge Lourenço Barros - SE
Márcio Rosal Bezerra Barros - TO

Reforma, a incógnita

O presidente Lula diz que não vai fazer, mas integrantes do governo falam até em estudos para fixação de uma idade mínima para a aposentadoria do trabalhador. A reforma da Previdência continua sendo uma incógnita, mas o presidente, pelo menos, já admitiu que não existe déficit na Previdência, e sim no Tesouro. A solução: respeitar os parâmetros fixados para a Seguridade Social.

06

Crescer para reformar

O professor Cláudio Dedecca, da Universidade de Campinas (SP), em entrevista esclarecedora sobre a polêmica em torno da reforma da Previdência, enfatiza que a sociedade é que tem que definir qual o tipo e a dimensão dos mecanismos de proteção social. Ele observa que várias reformas já foram feitas e não adiantaram nada, e que novamente não surtirão efeito algum, se não houver desenvolvimento econômico e se os níveis salariais continuarem tão baixos no Brasil.

15

Agenda política cheia

O presidente reeleito teve que antecipar a discussão com partidos políticos, governadores e agentes econômicos e sociais sobre a pauta prioritária a ser apreciada pelos deputados e senadores que tomarão posse em 1º de fevereiro de 2007. A agenda é tão ampla quanto aquela proposta em 2002 e inclui mudanças constitucionais.

23

Receita aprovada

Com a aprovação pelo Senado Federal, a Receita Federal do Brasil torna-se uma realidade, uma vez que, agora, cabe à Câmara apenas votar as emendas à matéria.

29

Assessoria Econômica

Análise do Fluxo de Caixa e Resultado da Ação Fiscal (RAF)

30

Idéias & Debates

A procuradora-geral do Trabalho, Sandra Lia Simón, analisa em artigo as relações entre capital e trabalho e a necessidade de intervenção do Estado para a imposição de regras que assegurem a estabilidade social e um mínimo de igualdade entre as partes.

34

Ao leitor

Como sempre ocorreu ao longo das últimas décadas, a discussão em torno dos rumos da Previdência Social no Brasil assume tons nebulosos e às vezes indecifráveis. Há controvérsias na imprensa, com notícias que colocam frente a frente versões tanto sobre certezas como sobre dúvidas quanto a uma suposta nova reforma. Para agravar esse quadro, ainda é impossível definir a correlação de forças que se estabelecerá no Congresso, diante da reeleição do presidente Lula.

A Revista de Seguridade Social oferece ao leitor, nesta edição, inúmeros pontos de reflexão sobre esses palpitantes temas que surgem no cenário de fim de ano. Além de uma extensa matéria sobre todas as especulações e pretensas sugestões para aprimorar o sistema previdenciário, o leitor terá a oportunidade de visualizar o quadro político dominante a partir das negociações que têm sido feitas pelo presidente reeleito para tentar construir uma base sólida no Parlamento.

Com relação à Previdência Social, o professor Cláudio Dedecca, da Unicamp, em São Paulo, traça uma panorâmica sobre questões cruciais que devem estar presentes no debate. Segundo ele, de nada adiantará fazer mais uma reforma se o Brasil não inserir-se na rota de crescimento e se o mercado de trabalho mantiver o perfil atual, onde predominam salários baixos e um nível de informalidade que representa riscos imensos para o país.

Uma coisa é certa: a passagem de 2006 para 2007 ainda envolve muitos mistérios, e as festas de final de ano estarão recheadas de dúvidas. Mas o otimismo tem que prevalecer. Portanto, feliz 2007 para os leitores.

Boa leitura.

Dor de cabeça para o trabalhador

Conhecido o resultado das eleições, com a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um dos noticiários que começou a ganhar corpo foi o da reformada Previdência, apesar das sinalizações por parte do próprio presidente reeleito, aparentemente avessas a qualquer alteração de vulto no sistema previdenciário. As raízes da discussão sobre a suposta necessidade de uma nova reforma foram planta das bem antes do pleito, com o surgimento de propostas e de debates que vieram a público e muitas vezes foram pouco notados. Como propulsora desse debate, sempre esteve presente a polêmica sobre o suposto déficit previdenciário, que é desmistificado ano após ano pela ANFIP (leia Box), com estudos técnicos que têm como base os dados fornecidos pelo próprio governo, independentemente de quem esteja no comando do Executivo.

Há poucas semanas, a tese que vem sendo insistentemente defendida pela ANFIP recebeu um endosso de peso, do próprio presidente da República. Ao discursar para empresários durante a solenidade de posse da nova diretoria e do conselho fiscal da CNI – Confederação Nacional da Indústria – para o período 2006-2010, Lula deixou clara a sua convicção de que o chamado “déficit” da Previdência é resultado na verdade das distorções que são praticadas em relação à Seguridade Social. Lula admitiu que as despesas que seriam de responsabilidade do Tesouro Nacional acabam sendo jogadas na conta da Previdência Social, o que gera o suposto déficit. O déficit, portanto, e do Tesouro, e não da Previdência, frisou o presidente da República.

O pronunciamento de Lula pode significar um balde de água fria jogado sobre as várias especulações que estão sendo feitas com relação a uma possível reforma da Previdência Social, destinada a suprimir ainda mais direitos dos trabalhadores que pretendem se aposentar, a menos que o presidente não venha a concretizar, na prática, o que tem afirmado nos discursos.

Em tom ainda mais elevado do que Lula, o líder do PT na Câmara, deputado Henrique Fontana (RS), vai ainda mais longe e deixa claro que tudo não passa mesmo de especulação, até mesmo a discussão sobre a idade mínima para aposentadoria (leia matéria nesta edição). Enquanto toda essa polêmica não é dirimida, o desencontro de algumas opiniões dentro do próprio governo pode resultar na conclusão de que a intenção da mídia, ao falar



insistentemente no assunto, seria a de gerar um clima favorável às reformas, atendendo a interesses de setores ligados à Previdência Privada. Na verdade, não pode haver dúvidas quanto ao que o presidente Lula afirmou com relação ao fato de o déficit ser do Tesouro, e não da Previdência. Resta saber se, mais uma vez, a corda irá arrebentar do lado mais fraco. E nem é necessário dizer qual é esse lado.

Reformar é complicado

Reformar a Previdência é sempre sinônimo de complicação, por envolver, além dos aspectos técnicos e econômicos, também uma

dose considerável de componentes políticos. Esse ingrediente se evidencia cada vez mais, devido ao fato de todas as reformas efetuadas após a Constituinte de 1988 terem incluído a supressão de direitos e a quebra de contratos, com mudanças de regra mesmo para os que já estão no sistema. Assim, o governo tem que demonstrar cacife para as negociações e tentar convencer a sociedade quanto à conveniência de se fazerem ajustes, o que acaba se transformando numa dor de cabeça para o trabalhador, hoje já contando com um sistema que não atende às suas expectativas.

Conhecido o resultado do segundo turno, a primeira notícia,

sobre a possibilidade de o governo apresentar proposta de fixação de idade mínima para aposentadoria do trabalhador da iniciativa privada, confirma os prognósticos. Setores do governo estariam inclinados mesmo a manter o fator previdenciário (que vem sendo combatido pelos representantes dos trabalhadores desde que foi implantado) e a fixar uma idade mínima para a aposentadoria, o que seria contraditório, uma vez que, com o fator previdenciário, o trabalhador acaba tendo que retardar sua aposentadoria. A alegação do governo para manter o fator é de que, embora signifique um redutor de peso considerável na depreciação do valor das aposentadorias, estas ainda estariam ocorrendo antes dos 60 anos de idade – o que não significa que seja um bom negócio para quem se aposenta.

A discussão envolve inúmeros aspectos. O governo alega que gasta muito com as aposentadorias, e a contrapartida também tem seus complicadores. Não é segredo para ninguém que o jovem hoje sai das universidades sem perspectivas de trabalho. Manter os trabalhadores antigos por mais tempo ainda no mercado de trabalho se traduz em menos vagas para os que estão tentando começar. Mas o pior não é isso: à medida em que a idade avança, a tendência, especialmente em alguns segmentos da economia, é de que o assalariado veja decrescer o seu “valor de mercado”. Os veículos de comunicação, com alguma frequência, apresentam o drama de pessoas que perderam o emprego após determinada faixa de idade e não conseguiram nova oportunidade. A questão social, portan-

to, é mais profunda do que – parafraseando Shakespeare – possa imaginar a nossa vã filosofia.

Na contramão do que parece ser uma tentativa de setores da mídia para criar um ambiente propício à reforma, estudiosos no assunto, como o professor Cláudio Dedecca (leia entrevista exclusiva nesta edição), não acreditam na necessidade da reforma e, mais do que isso, observam que várias já foram feitas e o único resultado até

A realização de reformas depende, em grande parte, das alianças que o governo vier a concretizar no Congresso

agora tem sido o prejuízo para os aposentados.

No meio acadêmico há inúmeros exemplos de teses e pesquisas que dão respaldo ao diagnóstico de que as contas da Seguridade Social seriam saudáveis caso os preceitos constitucionais fossem devidamente observados. Ainda recentemente, a Imprensa divulgou estudo da professora do Instituto de Economia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Denise Gentil, em que ela defende que a previdência pública é auto-sustentável e

o sistema de seguridade social é superavitário.

Em sua tese intitulada “A Falsa Crise da Seguridade Social no País”, a professora afirma que o falacioso déficit é resultado do erro de cálculo adotado pelo governo.

De acordo com a pesquisadora, “os desvios de recursos da Seguridade Social para aplicações em outras áreas, como gastos financeiros do governo e despesas de custeio de outros ministérios, levariam a Previdência a apresentar déficit em qualquer cenário”.

A professora também endossa a tese de que essa argumentação repetitiva em torno do suposto déficit atende apenas aos interesses dos que pretendem a privatização da Previdência Social. Nesse caso, torna-se mais consistente a dedução de que o noticiário sobre a suposta necessidade de novas reformas em decorrência desse “déficit” na verdade é “plantado” pelos segmentos que têm interesse em ingressar nesse “filão” visando apenas o lucro.

A efetivação ou não dessa reforma depende, em grande parte, das alianças que o governo vier a concretizar, uma vez que não é segredo para ninguém a existência de fortes setores no Congresso querendo depreciar ainda mais os valores das aposentadorias, como é o caso do PFL, que insiste na tese de estabelecer teto de no máximo três salários mínimos para os aposentados. A tentativa – óbvia – é a abertura de espaço cada vez maior para a previdência privada.

Renda congelada

Um dos estudos que vieram a público antes das eleições foi o

*As reformas na
Previdência muitas
vezes acabam por
acarretar quebras
unilaterais de regras
esta belecidas*

do economista Fabio Giambiagi, que em seu novo livro, sob o título Reforma da Previdência - O Encontro Marcado, deixa evidente que considera inaceitável qualquer ganho no poder de compra do aposentado, acrescentando ainda que “aumentar o valor real das remunerações de quem não contribuiu para tal, permitir aposentadorias aos 50 e poucos anos e distribuir benefícios assistenciais com valor real cada vez maior a um número crescente de pessoas fora do mercado de trabalho, mantendo o investimento público à míngua e deixando de apostar na educação, é uma receita segura para que o País fique para trás no universo das nações”.

Nas observações de Giambiagi não é difícil notar logo de início algumas distorções. Dizer que o sistema geral adotado pelo INSS permite aposentadorias de pessoas com pouco mais de 50 anos de idade é apenas a verdade dita pela metade. Isto porque, desde o surgimento do chamado “fator

previdenciário”, o trabalhador da iniciativa privada tem sido obrigado a permanecer trabalhando por um tempo muito superior ao que lhe era exigido pelas normas que lhe foram oferecidas quando começou a contribuir para a Previdência. Até então as regras eram claras quanto ao período a ser cumprido de trabalho e não incluíam nenhum fator de redução para o cálculo de sua aposentadoria. Sem que pudesse opinar, e mesmo cumprindo todas as regras em vigor na época em que começou a trabalhar, o contribuinte viu-se do dia para a noite sob a tutela de novas regras que o obrigam agora a permanecer em atividade na tentativa de preservar um valor de aposentadoria que já estaria ao seu alcance pelo cumprimento da legislação então vigente. Este é mais um caso típico das regras que se alteram depois de o jogo já haver iniciado, o que pode ser classificado, sem favor algum, como “quebra unilateral de contrato”, algo que o governo rejeita na iniciativa privada, mas costuma sempre adotar quando o pretexto é salvaguardar suas próprias contas.

A proposta de Giambiagi teria como meta oferecer a alternativa de estancar pelo menos parte da sangria de recursos do governo federal. Ela se resume na garantia do poder aquisitivo dos benefícios, mas sem aumentos reais; na adoção de uma idade mínima para aposentadoria; na redução do diferencial entre homens e mulheres; no aumento do período contributivo exigido para quem se aposenta por idade e no fim do regime especial para professores e para os benefícios rurais, encarados como

um “gargalo”, onde o valor arrecadado fica muito aquém daquilo que é pago como soma dos benefícios concedidos.

Giambiagi propõe que todas as aposentadorias passem a ser reajustadas uma vez por ano, em janeiro, pelo INPC. Seu argumento é o de que não basta simplesmente desvincular o piso previdenciário do salário mínimo, uma vez que a tendência é de que a pressão por aumentos se desloque para o conjunto de todas as aposentadorias.

O benefício assistencial Loas, concedido a idosos e deficientes físicos, voltaria a ser concedido, na proposta de Giambiagi, para pessoas com, no mínimo, 70 anos - foi esse o limite até 1997, quando a idade mínima foi reduzida para 67 e, em 2004, com o Estatuto do Idoso, para 65 anos. Para quem já está no sistema, haveria uma transição de dez anos até valer o limite de 70 anos.

Pela sua proposta - que certamente entrará na pauta de discussões durante os acalorados de-

*No meio acadêmico
há vários estudos
que comprovam
que a
Seguridade Social
é superavitária*

bates tendentes a acontecer dentro de pouco tempo –, no caso das aposentadorias por tempo de serviço, deve ser estabelecida idade mínima de 60 anos para os homens e de 55 para as mulheres a partir de 2010 - hoje, não há idade mínima. Seria elevado também, de 35 (homens) e 30 (mulheres), para 40 anos o tempo de contribuição para o INSS. Haveria ainda o aumento progressivo da idade mínima para aposentadoria por tempo de contribuição, até 64 anos para os homens em 2026, na proporção de um ano a cada quatro anos.

Crescimento revigorante

Antes de ser anunciado o resultado das eleições, o ministro da Economia de Lula, Guido Mantega, chegou a descartar a necessidade de nova reforma da Previdência. Segundo amplo noticiário divulgado pela mídia, o economista Amir Khair, ligado ao PT, teria anunciado cálculos para tentar provar que uma nova reforma é dispensável e que o crescimento da economia seria suficiente para equilibrar as contas da Previdência sem mudar as regras do sistema, uma empreitada na qual o próprio governo petista já estaria engajado, segundo o mesmo economista. De qualquer modo, até então seria difícil avaliar a seriedade das teses apresentadas, sabendo-se que o período antecedente ao pleito oferecia margem a todo tipo de especulação.

Isto não quer dizer que o debate estivesse relegado ao esquecimento temporário. Embora o tema fosse delicado para ambas as candidaturas que disputavam



o segundo turno, ainda no dia 6 de outubro reuniu-se no Instituto FHC um grupo de especialistas para discutir a reforma da Previdência. Numa mesa redonda intitulada Caminhos para a Reforma da Previdência Social no Brasil, o instituto reuniu em São Paulo o economista chileno Mario Marcel, ex-diretor de orçamento no governo de Ricardo Lagos e encarregado, por nomeação da atual presidente Michelle Bachelet, de presidir a comissão que elaborou o anteprojeto da nova reforma da previdência no Chile, a ser encaminhada em breve ao Congresso daquele país.

O Chile adotou um sistema privatizado há vinte e cinco anos

que tem sido motivo de muitas controvérsias, baseado num modelo de capitalização individual. Apesar da tendência dos privatistas em aplaudir o modelo chileno, no próprio Instituto FHC chegou-se à conclusão de que, seja por insuficiência de renda, seja por constantes mudanças entre o mercado formal e o informal de trabalho, muitos chilenos não se encontram adequadamente protegidos pelo modelo previdenciário adotado no começo dos anos 80. “Segundo projeções confiáveis, mantidas as coisas como estão, 60% das mulheres da primeira geração completa a aposentarse dentro do modelo de capita-

lização, na próxima década, receberiam aposentadorias muito baixas ou nenhuma aposentadoria”, diz o relatório apresentado pelo próprio instituto.

A solução para sanar falhas de cobertura proposta pela “Comissão Marcel” seria a introdução do chamado “ pilar solidário”, ou seja, a utilização de recursos do governo para assegurar níveis mínimos de seguro previdenciário a todos os cidadãos, como parte de uma política universal de proteção à velhice. Segundo as conclusões do seminário, o interessante é que essa proposta reforça, ao invés de enfraquecer, o sistema de capitalização, uma vez que o subsídio do governo à aposentadoria se soma à contribuição de cada indivíduo. É de 100% para aqueles que não conseguiram contribuir individualmente ao longo de sua vida de trabalho, assegurando um piso equivalente a 67% do salário mínimo, e decresce até o valor máximo definido para aposentadorias subsidiadas, ao redor de 2,5 salários mínimos. A reforma estabelece ainda uma idade mínima de aposentadoria igual para homens e mulheres – 65 anos – e prevê um tempo de transição para a plena entrada em vigor dos novos benefícios. Essa seria a alternativa para diluir o impacto fiscal das medidas.

Os resultados da experiência chilena foram discutidos pelos demais participantes da mesa redonda, entre eles o ex-ministro da Previdência Social do Brasil José Cechin, o economista da FGV Samuel Pessoa, assessor do senador Tasso Jereissati, e os economistas Hélio Zylberstajn (FEA-USP), André Portela Souza e Luís

Eduardo Afonso, estes dois últimos da Fundação Getúlio Vargas.

Levadas sempre em conta as peculiaridades inerentes ao Brasil e ao Chile, os debatedores viram no exemplo chileno um bom tema de estudo não apenas pelo aspecto a ser analisado do custo da transição (uma das questões mais complicadas) como também pela necessidade de aprofundar o debate das possibilidades de compatibilizar regimes de reparação e regimes de capitalização.

Na mesa redonda, além da

*As propostas
divulgadas pela
Imprensa incluem o
aumento da idade
mínima para
aposentadoria*

comparação com o Chile, não faltou discussão específica sobre o caso brasileiro, sobre o cardápio de medidas possíveis e os cenários decorrentes de sua adoção, em termos atuais, fiscais e econômicos. Essa discussão contou com a contribuição valiosa de um modelo no qual Zylberstajn, Portela e Afonso vêm trabalhando, e que permite simular resultados de curto, médio e longo prazos, de acordo com diferen-

tes mudanças em parâmetros, como idade mínima de aposentadoria, evolução do valor do salário mínimo e outros aspectos que continuam em debate.

“Oferta” ao presidente

Ainda no âmbito dos debates promovidos pelo Instituto FHC, três economistas da Universidade de São Paulo (USP) concluíram uma proposta que colocam à disposição do presidente eleito. O projeto, de Hélio Zylberstajn, André Portela e Luis Eduardo Afonso, somente começaria a ser implantado no prazo de cinco anos após sua aprovação. Há um lado positivo: em nada ele altera os direitos dos que já se aposentaram e dos que já integram o atual sistema, o que finalmente significaria a observância do direito adquirido e também dos que se encontram na incômoda situação gerada pelo eufemismo criado para extinguir tal direito: a chamada “expectativa de direito”.

Pelo projeto dos três economistas, as regras mudam apenas para os novos, os que ingressarem no mercado de trabalho após a promulgação da nova lei. A Previdência para os efetivamente “novos”, administrada pelo INSS, seria universal e válida para todos os brasileiros, sem distinção - trabalhadores privados, funcionários públicos e militares. O conjunto do projeto abrange quatro pilares que definem regras, direitos, valores dos benefícios, idade mínima e tempo de contribuição para o cidadão ter acesso à aposentadoria.

Pilar nº 1 - Cria a ‘renda básica do idoso’, de valor equivalente à metade do salário mínimo, a

que terão direito todos os brasileiros, inclusive os que nunca contribuíram para a Previdência (caso de trabalhadores rurais). Isso resultaria na extinção da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), que hoje garante um salário mínimo para quem completa 65 anos, obedecendo outras regras referentes à renda familiar. Além disso, a idade mínima de aposentadoria para estes e para todos os demais trabalhadores - homens e mulheres - seria ampliada para 67 anos.

Pilar nº 2 - Cria um teto de aposentadoria equivalente a três salários mínimos (hoje, R\$ 1.050) para quem contribuiu ao longo de 40 anos e completou 67 anos de idade. O prazo máximo de contribuição das mulheres seria reduzido para 35 anos. Pela proposta, o tempo de contribuição passa a ser flexível e pode ser inferior a 40 anos, mas a idade mínima teria que ser obedecida com rigidez. Para entender melhor: um contribuinte com 67 anos de idade e 20 de contribuição passa a receber R\$ 487,50, acrescidos de R\$ 175 da 'renda básica', atingindo portanto um benefício de R\$ 662,50. O governo garante o benefício até o teto de três salários (R\$ 1.050) e quem quiser ganhar acima disso pode recorrer a uma aposentadoria privada ofertada por bancos e fundos de pensão. O valor da contribuição para o trabalhador é reduzido de 10% para 5% de seu salário e a alíquota da empresa é rateada - 10% para custear o benefício e 10% permanecem retidos no INSS para ajudar a financiar a transição para a nova Previdência.

Pilar nº 3 - No caso de demissão, o trabalhador passa a ter direito a sacar de sua conta no FGTS até um teto de R\$ 1.050 mensais

durante seis meses. O que exceder esse limite só poderá vir a ser retirado por ele em caso de aposentadoria ou morte. Zylberstajn reconhece que, mesmo mantendo o patrimônio do FGTS na Caixa Econômica, é politicamente polêmico mexer nas regras do fundo. "A reforma - comenta ele - pode até parar no pilar nº 2, mas é uma pena, porque o FGTS é um seguro-desemprego perfeito. E, como

É indispensável que o governo adote mecanismos de inclusão dos trabalhadores que não contribuem

poupança compulsória, se encaixa perfeitamente num sistema de aposentadoria. Mesmo que não seja aprovado pelo Congresso, vale continuar insistindo na idéia.'

Pilar nº 4 - Chamado de pilar livre, complementa o teto de três salários mínimos e fica acessível a quem tiver poupança disponível e dispuser-se a aderir. Ao governo ficaria limitada a tarefa de regulamentar as regras e de proceder à fiscalização.

É impossível precisar, por enquanto, qual a direção que será tomada pela Previdência Social no Brasil. O termo "reforma"

já provoca, com razão, calafrios entre os que têm condições de avaliar de maneira mais precisa a profundidade das perdas provocadas até agora. O governo ainda permanecerá por algum tempo envolvido na tarefa de tentar constituir uma base política sólida, e o comportamento da economia é uma das incógnitas cujos horizontes permanecem nebulosos. Independentemente de ideologias, métodos e crenças, é incontestável o efeito do crescimento econômico sobre as contas da Previdência, o que significa que, havendo mais crescimento, haverá mais oxigênio para o sistema atual resistir por mais tempo. Além disso, é indispensável que o governo se comprometa com o estabelecimento de mecanismos direcionados à absorção do enorme contingente de trabalhadores que não contribuem com o sistema, do que depende, em grande parte, não apenas a adoção de medidas de estímulos ao ingresso desses trabalhadores, como também a diminuição da informalidade na economia. Um dos fatores que contribuirá para aclarar esse horizonte é o comportamento dos juros, cuja queda deve ampliar o ritmo de crescimento econômico, sendo necessário no entanto, segundo a ótica governista preponderante durante o primeiro mandato de Lula, atentar sempre para o controle da inflação. A combinação de inúmeros fatores ainda não definidos é que torna imprevisível a intensidade da dor de cabeça para o trabalhador. Pelas especulações até agora divulgadas, no entanto, já se pode recomendar uma boa dose de analgésicos.

Mágias para fazer surgir o déficit

Em recente encontro com consultores do Senado e com assessores do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), do qual participou também a COBAP, a ANFIP mais uma vez fez uma ampla explanação sobre as distorções que são propagadas pela maioria dos meios de comunicação a respeito das contas da Previdência Social. A assessoria de Raupp, que é relator do orçamento para 2007, mostrou-se preocupada com as imprecisões que costumam ser propagadas e que acabam provocando o surgimento de uma imagem totalmente distante da realidade.

Durante esse encontro, o presidente da Cobap, Benedito Marcílio Alves da Silva, relatou a situação dos aposentados que têm, a cada ano, seus benefícios diminuídos em decorrência de reformas e mudanças na legislação. A confederação reivindica que seja incluída no relatório do Orçamento uma política de reajuste que recupere o poder aquisitivo. “Se continuar do jeito que está, em pouco tempo teremos no país todos os aposentados recebendo o salário mínimo”, alertou.

Alves citou ainda as consequências do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias, os desvios de recursos da Seguridade Social, a Desvinculação das Receitas da União (DRU) e o discurso do déficit da Previdência, apontado como a causa da im-

possibilidade de melhorias dos benefícios. Sobre esse discurso do déficit, Alves ressaltou a importância dos estudos da ANFIP, que rebatem tecnicamente os números oficiais, apontando um sistema superavitário.

Ficou evidente durante o encontro a divergência entre os nú-



meros levantados pelo Congresso Nacional e os números informados pelo Executivo. A necessidade de financiamento estimado para este ano é de R\$ 40 bilhões, segundo fontes do Executivo. Já os números levantados no Congresso apontam R\$ 34 bi. O governo não estaria inclusive contabilizando a CPMF, o que contribui para a divergência de números. O fundo do Regime de Previdência tem uma rentabilidade

de quase R\$ 600 milhões e este número não é contabilizado. A assessoria do senador explicou que o dinheiro vai para a pasta da Previdência, é utilizado, mas não aparece na conta. Para a ANFIP, esses números podem ser ainda mais preocupantes caso as leis que destinam recursos para a Seguridade Social sejam esmiuçadas.

Invoca-se como justificativa para o corte de benefícios, na reforma da Previdência, o crescimento das despesas do Estado em níveis superiores ao aumento da produção, o que estaria a impedir o desenvolvimento do País.

No entanto, demonstram os estudos da ANFIP, a reversão do baixo crescimento econômico não se resolverá pelo aprofundamento da atual política monetária de combate à inflação, via manutenção de taxas de juros elevadas; nem tampouco pela política fiscal, baseada no controle de finanças públicas, por meio do aumento do superávit primário. Com isso, o que ocorre na verdade é que são criados obstáculos à retomada do crescimento do país.

O risco: desproteção social

A ANFIP prevê que, se levada a efeito da forma como vem sendo especulada, a próxima rodada de cortes nos direitos e nos gastos públicos adensará a desproteção social e afastará o País do nível de crescimento econômi-

co e de justiça social almejados.

A ação efetiva do Estado na edificação da cidadania e na implementação da infra-estrutura necessária ao crescimento possibilitou às nações líderes, que passaram por crises em suas histórias, a conquista do desenvolvimento econômico e social, lembra a entidade.

O debate sobre a limitação dos gastos públicos envolve diretamente a Previdência Social, um dos maiores programas do orçamento federal. Para 2006, a previsão foi de mais de R\$ 162 bilhões para os benefícios previdenciários. Enquanto isso, o governo federal estabelecia a previsão de gastar quase R\$ 180 bilhões com pagamentos de juros.

Os estudos da ANFIP lembram que a Previdência Social distribui benefícios a mais de 21 milhões de segurados aposentados e pensionistas, e ainda oferece um seguro social protetor da renda para outros 33 milhões de segurados ativos. Ao distribuir benefícios médios de R\$ 496 mensais (média de 2005), o sistema previdenciário garante renda e sobrevivência a milhões de famílias e dinamiza a maior parte da economia e do consumo em milhares de municípios. Pode-se dizer, portanto, que o sistema é propulsor da economia e funciona mesmo como única forma de manter a atividade econômica na grande maioria dos municípios, principalmente nos menores.

Fica fácil imaginar o Brasil sem que esse imenso contingente de pessoas esteja sendo atendido. Se as cidades brasileiras hoje já apresentam um degradante quadro de desigualdades, miséria e violência, que tende a se agravar com o progressivo inchaço dos grandes centros urbanos, invadidos por um incalculável número de retirantes que

buscam emprego e alguma perspectiva de vida, a situação atingiria as proporções de caos absoluto sem a Previdência e os sistemas de proteção da Seguridade.

Manipulação de números

Promove-se, com a Previdência, a maior redistribuição de renda do País, enquanto a dívida pública figura como um instrumento de concentração da riqueza nacional. O economista Márcio Pochmann, professor da Unicamp, lembra que a apropriação dos encargos da dívida concentra-se em cerca de 20 mil clãs familiares, detentores de maior parte do capital aplicado a juros em títulos públicos. Isso representa rendimento anual médio em torno de R\$ 6 milhões por família.

Os estudos da ANFIP comprovam as manipulações feitas pelo governo para que os números não correspondam à verdade. Quando calcula as despesas com juros, para lançá-las no Orçamento da União, por exemplo, o governo classifica como “juros” apenas a parcela dos encargos que supera o índice de inflação (atualmente IGP-M). O restante é classificado como “refinanciamento da dívida”, computado e embutido nas despesas da rolagem da dívida. Com isso, diminui-se o valor que aparece nos orçamentos associado a pagamento de juros. Mesmo com essa “maquiagem”, o valor excedeu os R\$ 170 bilhões em 2005.

Já a “mágica” utilizada para a Previdência Social é feita de modo a surtir o efeito inverso. Foi desenvolvida para aumentar aquilo que denominam *déficit previdenciário*. Isto porque falar em *déficit previdenciário* serve para tentar justificar as reformas que pretendam suprimir direitos e ampliar os requisitos para a aquisição de bene-

fícios. “Para os defensores dos interesses do capital financeiro – observa a ANFIP – é sempre necessário reafirmar que o Estado gasta muito, não com a dívida, é claro, e sim com serviços públicos, com servidores ativos e aposentados, e com os direitos que garantem cidadania.”

Uma omissão que vem sendo sistematicamente cometida é que a Constituição Federal, ao definir o Orçamento da Seguridade Social, estabelece uma pluralidade de fontes para arcar com o conjunto dos gastos em saúde, previdência e assistência social. Essa pluralidade está baseada em contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários e rendimentos do trabalho, mas também na tributação do lucro, do faturamento das empresas e de movimentação financeira, entre outros exemplos.

Com isso, os constituintes de 1988 deixaram claro que a Previdência não deveria ser sustentada exclusivamente pelas contribuições sobre a folha de salários ou sobre os rendimentos do trabalho. Somente a pluralidade de fontes é capaz de, avaliando a capacidade contributiva, melhor distribuir os encargos sociais para garantir os direitos relativos à saúde, Previdência e assistência social.

Apesar dessa clara definição de fontes de custeio, o déficit é calculado exclusivamente a partir das contribuições oriundas da folha de salários. Como as demais fontes são intencionalmente “esquecidas”, o total das despesas com benefícios é sempre apresentado como fardo suportado pelos cofres públicos. Esta é a “mágica” para fazer surgir o suposto *déficit*, mas, como os números não mentem, apenas não enxerga isso quem não quer ver. Ou aqueles a quem não interessa enxergar esses números.

CLÁUDIO DEDECCA

DOUTOR EM CIÊNCIA ECONÔMICA E PROFESSOR DA UNICAMP

Reforma com baixos salários e sem desenvolvimento não adiantada

Reforma por reforma, já ocorreram várias e os resultados sempre foram pífios, com prejuízo apenas para o aposentado. Quem faz a advertência é o professor Cláudio Salvadri Dedeca, professor da UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas (SP).

Figura respeitada nos debates de alto nível sobre os rumos da Previdência Social no Brasil, Cláudio Dedeca não acredita que o presidente Lula faça qualquer reforma na Previdência, durante seu segundo mandato, algo que aliás não surtirá mesmo nenhum efeito – prossegue o professor da Unicamp – se não houver uma consistente retomada do desenvolvimento econômico e se não se olhar com mais cuidado a questão da informalidade no mercado de trabalho e os baixos níveis de remuneração do trabalhador brasileiro. Ele acrescenta que, em relação à fixação da idade mínima para a aposentadoria, não está havendo seriedade no debate.

Dedecca possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (1980), especialização em Ocupação e Renda pela Organização Internacional do Trabalho (1985), mestrado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (1986), doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1990) e pós-doutorado pela Université de Paris XIII (Paris-Nord) (1994). Tem vasta experiência na área de Economia, com ênfase em Crescimento, Flutuações e Planejamento Econômico. Sua atuação vem se concentrando principalmente nos seguintes temas: Desemprego, Emprego, Ocupação, Relações de Trabalho, Salário e Transformação Produtiva.

A seguir, a entrevista exclusiva, na íntegra:

A discussão continuamente levantada pela mídia sobre a necessidade de uma reforma da Previdência Social, principalmente no Regime Geral (INSS), em 2007, tem sido fortemente pautada por um pressuposto implícito/explicito de desequilíbrio fiscal explosivo no sistema, tese que vem se sustentando por curioso coro de repetição exaustiva, sem o respaldo de uma demonstração fundamentada. Em seu cenário o sr. é partidário desse pressuposto?

Há um debate predominante há algum tempo sobre a Previdência de natureza fiscal, ou a verdade orçamentária. Porque olha-se o tamanho do gasto e o tamanho da receita de modo simplista. É importante sempre resgatar alguns pressupostos que sustentaram ou estão sustentando o sistema previdenciário no mundo. Em primeiro lugar, sempre se considerou como fundamental que o sistema de previdência funcionasse numa situação em que o nível de emprego fosse sistematicamente elevado e com tendência a se incrementar ao longo do tempo. Em segundo lugar, que houvesse uma tendência de



“A visão fiscalista não pergunta qual o sistema de previdência que a sociedade brasileira quer para o futuro”

elevação da remuneração média do mercado de trabalho, decorrente dos aumentos recorrentes da produtividade que caracteriza a sociedade capitalista. Ademais, que esse movimento fosse caracterizado por um processo de mobilidade social. Estes elementos permitiriam que os ativos contribuíssem para o sistema a partir de um perfil de remuneração muito mais favorável do que aquele observado para os benefícios.

No caso brasileiro, a situação é completamente inversa. Os que estão aposentados têm um perfil de remuneração melhor do que o oferecido pelo mercado de trabalho. Há também uma mobilidade social negativa e uma situação de nível de emprego no mercado formal desfavorável. Em conjunto, estes elementos têm comprometido, do meu ponto de vista, o sistema de previdência.

A visão fiscalista, ademais, não pergunta qual o sistema de previdência que nós queremos para o futuro. É como se o tipo de proteção social derivasse da gestão orçamentária do Estado e não do desejo da sociedade em construir uma proteção que considere adequada. Se a sociedade achar que deve haver um sistema que exija um financi-

amento pesado, ela deve se reunir e discutir essa como a alternativa possível.

É preciso frisar que a visão fiscalista é inócua, seja para o avanço do sistema de proteção social, seja para resolver estruturalmente o seu financiamento. Suas soluções podem atenuar momentaneamente desequilíbrios existentes, mas não têm qualquer possibilidade de vingá-las no longo prazo. É por isto que seu discurso resume a demanda de reformas, mesmo que estas ocorram, em média, a cada cinco anos. A visão fiscalista é socialmente nefasta, porque não produz uma solução adequada e destrói a limitada proteção social existente.

Em nome desse pressuposto propõe-se uma virtual desconstrução do sistema de seguridade social na Previdência, a partir de propostas como desindexação do salário mínimo do piso de benefícios; desconstitucionalização das regras da Seguridade, principalmente do seu Orçamento; elevação do limite de idade para 65 anos; redução do teto de contribuição compulsória no RGPS. Em função da composição po-

lítica, face à reeleição presidencial, o sr. vê condições para debate desses temas?

Eu acho muito difícil viabilizar uma proposta desse tipo no primeiro ano de governo do segundo mandato, pois o governo terá que enfrentar a renovação da DRU (Desvinculação de receitas da União) e da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). Mais do que isso: eu acredito que, ao contrário de 2003, não há nenhum consenso, dentro do governo, em favor da reforma. Eu diria que hoje existe até uma posição majoritária, em certo sentido, contra uma reforma que tem na desvinculação de benefícios em relação ao salário mínimo um dos eixos básicos. Quanto aos outros aspectos, como a fixação de uma idade mínima para a aposentadoria, penso que caberia ao governo organizar uma espécie de fórum que pudesse preparar um conjunto de estudos com o objetivo de informar adequadamente a decisão sobre mudanças no sistema, que favorecesse o seu funcionamento e ao mesmo tempo fortalecesse a proteção social e previdenciária. É importante ressaltar o quanto é trágica a defesa de novas reformas, enquanto jogamos para debaixo do tapete as várias já feitas, que tiveram resultados pífios, eu diria mesmo inexistentes para os objetivos a que foram propostas.

Efeitos nulos, menos para os aposentados..

Menos para os aposentados. A sociedade vai ter que pensar em como atualizar o regime de proteção social num horizonte pré-determinado, onde se avalie cuidadosamente as mudanças demográficas, as alterações no mercado de trabalho, as expectativas de crescimento e as perspectivas de mobilidade. É inevitável que venhamos a fazer uma discussão mais organizada para um sistema de mudanças estruturadas a partir - eu diria - de um projeto de proteção social

que a sociedade acredite que sejam corretos.

As reformas que já foram feitas atingiram em cheio os que já estavam aposentados, no que se refere ao valor dos benefícios, o que gera uma desconfiança enorme no sistema. O sr. acha que isso tem influência em uma providência que o governo tem que tomar, no sentido de inclusão previdenciária? Ou seja: as pessoas não se interessam em fazer parte de um sistema em que elas não confiam...

Eu acho que tem influência, mas limitadamente. O maior problema existente é que tanto a Previdência como a Saúde são benefícios cuja valoração pela população depende da faixa de idade em que nos encontramos. Aos vinte anos, não estamos preocupados com a Previdência. Claro que na faixa dos quarenta anos essa preocupação vai crescendo. O que me parece importante é que, como se verificou uma desestruturação muito grande no mercado de trabalho, a proteção social foi colocada em segundo plano porque a população tem que fazer malabarismo para se manter ocupada de modo recorrente. A proteção social é colocada em segundo plano nesse contexto de antropofagia social. Mas temos também que ter em mente que, em nenhum país do mundo, a população aderiu ao sistema previdenciário voluntariamente. Sempre foi uma determinação de Estado, porque se sabe que uma coisa é correr o risco quando jovem. E outra é quando se está mais velho. Como é o Estado que tende a bancar esse risco, socializando

o custo, cabe a ele impor as condições de financiamento à sociedade. O importante é focar na questão do crescimento econômico, buscar a formalização do mercado de trabalho e atuar como os instrumentos nos sentidos de ampliar os incentivos à contribuição para o sistema, rompendo com o quadro antropofágico que prevalece em nosso mercado de trabalho.

Em relação à questão levantada, a indagação seria se na verdade não está sendo uma estratégia da previdência privada antecipar essa preocupação. É o que fazemos instituições privadas hoje: façam logo a previdência privada do seu filho, comecem a se preparar desde cedo para a aposentadoria, vendendo a imagem de que a previdência privada é mais segura.

Atenção: nenhuma empresa de previdência privada de colou até agora no sentido de ter um crescimento significativo, de



“É difícil viabilizar as reformas no primeiro ano de governo do segundo mandato”

uma massificação em termos de adesão. Todas elas não só estão rastejando e frequentemente uma empresa compra a outra; muitos bancos privados entraram, implementaram o produto e perceberam que não davam volume e o repassaram para outra instituição. Não é verdade que a previdência privada no Brasil venha se mostrando exitosa. Existe somente um espaço em que ela vem obtendo algum êxito. É naquele pertencente às pessoas de alta renda. Por uma simples razão: se uma pessoa ganha 30 mil Reais por mês, tem que pagar 27,5 por cento de imposto de renda e 11 por cento para a Previdência. É mais fácil fazer a seguinte opção: ela propõe um contrato de pessoa jurídica, paga ao redor de 15 por cento de IR e faz uma previdência privada para se protegerem relação ao futuro. Ou seja, quem recorre à previdência privada são pessoas de alta renda.

Há também outra questão que é sempre minimizada: uma coisa é a população de alta renda, que tem acesso ao sistema financeiro, definindo sua aplicação para um plano privado. A população de baixa e média renda desconhece que é o mercado financeiro. Convive com taxas absurdas para manutenção de suas contas bancárias e juros elevadíssimos para cheque especial ou para empréstimos. É difícil acreditar que essa parcela da população confie no sistema financeiro na gestão de seu sistema de Previdência.

Domeu ponto de vista, o real problema do sistema previdenciário público é a trajetória e a reiteração da baixa remuneração no mercado de trabalho. Com o não se tem uma ação do Estado mais incisiva para que as pessoas contribuam com a Previdência, elas optam por não contribuir como sistema para ter uma renda líquida um pouco mais elevada. Isto significa que, se a economia voltasse a crescer e se estabelecesse

uma trajetória de aumento de renda no mercado de trabalho, certamente se teriam melhores possibilidades de fortalecer a arrecadação previdenciária.

Poderia se pensar num sistema já defendido por algumas pessoas, no sentido de que, se o cidadão é obrigado a ter carteira de Identidade, título de eleitor e outros documentos, fosse obrigado também a contribuir para a Previdência?

Isso existe na maioria dos países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, por exemplo, no próprio contrato de trabalho pode-se

“Não é verdade que a previdência privada no Brasil venha se mostrando exitosa”

definir diretamente a jornada de trabalho, salário, férias; define-se tudo, se não tiver sindicato no setor. Agora, é o seguinte: o dia em que a empresa pagar o salário, ela é obrigada a recolher o Imposto de Renda e a Previdência Social correspondente. Se não fizer, os responsáveis serão presos. Sabemos que o mercado de trabalho nos Estados Unidos é altamente flexível, mas em todos os contratos é obrigatório fazer esses recolhimentos. Isso está faltando no Brasil porque é sabido que há uma tendência de as pessoas dizerem: "Não vou pagar

agora, porque não estou precisando e não existe punição; então eu recolho lá na frente..." Em todos os países desenvolvidos não é uma opção individual recolher a Previdência Social: é uma obrigação.

Mas no Brasil também isso é obrigatório...

Mais ou menos... Aí reside o problema da Carteira de Trabalho. O Getúlio (Vargas) instituiu a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e prometeu paraíso para a população brasileira, considerando as condições prevalentes no mercado de trabalho naquela época. Mas ao mesmo tempo em que ele ofereceu paraíso, ele detonou todas as possibilidades de acesso. Havia somente duas possibilidades de a CLT ser efetivada: ou pela ação direta do Estado, ou pela ação coletiva dos sindicatos. Ele burocratizou os sindicatos e não fez com que o Estado tornasse obrigatória aquela regulamentação dos contratos de trabalho. O Estado reconheceu que existiam contratos legais e contratos não legais. Foi um absurdo, porque é inaceitável que o Estado chancelasse os contratos não legais. Cabe ao Estado obrigar que todos os contratos cumpram as determinações legais. Ele não fez e deixou um legado perverso para a sociedade brasileira.

Paralelamente a essa discussão há outro problema, que é um forte desafio para o futuro, qual seja: a necessidade de prover atendimento às populações hoje excluídas da Previdência e da Assistência Social, e que certamente precisariam ser socorridas nas situações de risco social (idade avançada, invalidez, morte, reclusão, doença, entre outros fatores). Como poderia ser dada uma solução para essa massa de excluídos, composta de quase 45 milhões de pessoas, tornando-os segurados da Previdência Social?

Se nós continuarmos a achar natural que



“É preciso formalizar o mercado de trabalho e aproveitar o momento demográfico favorável no país”

a informalidade no mercado de trabalho pode ser do tamanho atual, estaremos alimentando uma verdadeira bomba-relógio. Isto porque teremos contingentes crescentes de população com mais de 60 anos demandando benefício previdenciário, sem jamais ter contribuído para o sistema.

É preciso formalizar o mercado de trabalho e aproveitar o momento demográfico favorável no país, que se manterá até meados de 2020. Até lá, o Brasil conhecerá uma elevação da relação população em idade ativa/população em idade inativa. É preciso aproveitar o grande potencial de força de trabalho para o financiamento da Previdência. Se não fizermos, restará somente a conta, sem os fundos necessários para pagá-la.

Aqui reside um dos grandes equívocos da visão fiscalista. Ela desconsidera a importância de fortalecer o financiamento da Previdência, melhorando o mercado de trabalho e aproveitando o potencial contributivo propiciado pela estrutura demográfica atual.

Na discussão das ditas reformas, pouco se fala de seu financiamento, sejada Seguridade

Social, como um todo, seja especificamente da Previdência Social. Na sua avaliação, uma discussão realista, com as técnicas adequadas, não teria que ser mais abrangente, ou seja, promover a discussão do conjunto das ações da Seguridade e todo o seu financiamento, e a partir daí traçar, se for necessário, os cenários para ajustes?

Com certeza. Dómeu ponto de vista, o que precisamos definir? Primeiro, o modelo de proteção social que queremos. Segundo, como é que financiamos. Agora, independentemente disso é preciso que o país cresça, que aumente o nível de ocupação, que aumente a renda médiano mercado de trabalho e que haja mobilidade social. Se nós não tivermos isso, não haverá mágica que possa resolver a questão previdenciária.

A reestruturação produtiva, fruto da globalização e da competitividade, aliada à tecnologia de ponta, é fator impeditivo para o incremento de aumento de empregados. Por outro lado, as empresas de alta tecnologia, com pouca mão-de-obra, e com enormes lucros, inclusive os de origem financeira, pouco contribuem para o sistema

de seguridade. Seria possível compensar essas perdas para o sistema, com maior participação de estes segmentos, via faturamento, por exemplo?

A primeira questão a ser considerada é que a substituição da folha na contribuição patronal é vantajosa, mas não descarta a importância do crescimento do nível de emprego e da contribuição individual para o sistema de aposentadoria. É ilusão achar que a contribuição via faturamento pode compensar a ausência de crescimento em termos de contribuição individual decorrente do não incremento do emprego formal. Ademais, as empresas podem absorver um aumento da contribuição via faturamento, desde que haja também uma perspectiva de crescimento razoável. Do contrário, irão procurar soluções para escapar disso. Se não houver crescimento razoável da economia, a mudança de regime pode ser que gere, momentaneamente, um aumento de receita. Mas, depois que essa transição for completada, o aumento de receita global vai ser muito baixo, por causa do desempenho da economia. É preciso, portanto, ser mais cuidadoso. Muitos pressupõem que o faturamento contribui para o aumento da arrecadação na mesma hora. É verdade. Mas esse ganho é pontual. Name dá em que se mudou completamente a base contributiva, o aumento da arrecadação vai depender do crescimento da economia. E deve-se ainda acrescentar que se continuará dependendo da contribuição individual do trabalhador e essa se encontra associada à evolução do mercado formal de trabalho e dos salários. Aqui no Brasil tem uma coisa engraçada: vive-se sistematicamente a ilusão de que um problema complexo pode ser superado com um único tiro. Apesar de não termos a cultura de faroeste à la John Ford, onde o mocinho conseguia matar dezenas de bandidos com poucos tiros, acreditamos

que isso seja possível. Nossa situação econômica e social está mais para Machado de Assis ou Mário de Andrade.

O sr. acha que a sociedade brasileira está preparada para o debate sobre a Previdência Social, já que existe um grande desencontro de números e também muita confusão sobre os conceitos de seguridade social e previdência?

Se a sociedade está suficientemente preparada eu não sei. Mastenho a certeza de que não teremos outra saída se o objetivo for consolidar nosso estado democrático. Ouse faz uma discussão mais organizada, destinando um período de tempo para informar a sociedade, articular os interesses e definir uma estratégia para a proteção social, ou conviveremos com uma situação de crescente estrangulamento do sistema. Não haverá reforma que tenha capacidade de resolver o problema de financiamento existente.

Um dos problemas mais graves refere-se às dívidas da Previdência, em volume significativo. Como viabilizar essa cobrança? O que pode ser feito para solucionar a questão?

É importante que a partir de agora o fundo de Previdência seja devidamente colocado em prática. Veja só: o governo fez reforma em 2003 e até agora não está depositando a sua parcela no fundo previdenciário do setor público. E estamos falando da contrapartida que está na Constituição desde 2003.

Há uma confusão a esse respeito. Uma coisa são as verbas que foram utilizadas para o desenvolvimento do País, e outra coisa são as dívidas de empresas, que somam bilhões de reais (dívida ativa). É preciso fazer também a distinção entre a previdência do setor privado e a do funcionalismo público, que são coisas completamente distintas..

Não creio ser possível recuperar os recursos da Previdência que no passado foram investidos em obras de infraestrutura. Acredito que se voltássemos a crescerem torno de 5 ou 6 por cento ao ano, com aumento da formalização do mercado de trabalho e com melhor nível de renda, restabeleceríamos a tendência de um crescimento ponderável da receita da Previdência. Em um contexto desse tipo, é muito provável que a Previdência conhecesse novamente uma situação de superávit financeiro. O importante a ser definido são as regras de gestão do fundo previdenciário, como ocorre

como FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Hoje se retira dinheiro do FAT para uma função que não lhe compete, mas se sabe quanto, quais são as regras desse processo e as regras para a sua devolução.

Quanto aos regimes previdenciários público e privado, teremos que discutir sua unificação ou integração, mais cedo ou mais tarde. Este debate, entretanto, é mais complexo do que parece. É provável que haja uma maior semelhança entre os sistemas, porém não acredito que possam ser unificados totalmente. Os regimes de trabalho são e devem continuar diferentes, como ocorre na maior parte dos países desenvolvidos.

Mesmo alguns integrantes do governo admitem ou já admitiram que, muito mais do que uma reforma, a Previdência necessita de um choque de gestão. Como o sr. encara essa colocação?

Melhorar a gestão é necessário. E de-



“Para melhorar o funcionamento da proteção social é necessária uma integração das políticas sociais”

fendo há muito tempo que para melhorar o funcionamento da proteção social seria necessária uma integração das políticas sociais. Por exemplo: a rede de atendimento do INSS poderia atender seus segurados, mas também estar disponível para os beneficiários das outras políticas sociais. É praticamente inexistente a integração entre as políticas sociais no Brasil. Para ter acesso às políticas de emprego, tem que se recorrer às instituições vinculadas direta ou indiretamente ao Ministério do Trabalho; para a Saúde, às do Ministério da Saúde, e assim por diante. Isso desgasta a própria política porque a população é obrigada a procurar política a política. Eu diria o seguinte: a Previdência tem uma capilaridade que, depois da bancária, é a maior rede brasileira de atendimento à população. Seria interessante, até para estabelecer-se o reconhecimento social em relação a essas políticas, que se criasse um sistema de gestão

onde se incorporassem as demais políticas, pois isso poderia, inclusive, baratear a implementação das ações sociais de cada uma delas. Hoje, as políticas sociais funcionam de modo fragmentado.

Se nós olharmos os países em desenvolvimento veremos que o Brasil é uma exceção completa. Somos o único país que possui fundos públicos robustos. Temos o fundo previdenciário, FGTS, FAT, Fundo da Saúde, Fundo de Combate à Pobreza, Fundo da Educação, e não há nenhuma integração entre eles. Seria possível atender melhor à população articulando essas políticas e facilitando o acesso a elas, o que, com certeza, favoreceria o reconhecimento social.

A integração ou articulação permitiria ganhos de gestão que provavelmente seriam refletidos sobre o próprio financiamento e as gastadas diversas políticas.

Mas não seria muito difícil administrar tudo isso?

Outros países fazem, por que não podemos tentar? Não é necessário fazer a fusão desses fundos, mas apenas integrá-los.

É fato inquestionável, demonstrado por informações do próprio governo, que há um repetitivo desvio de recursos que deveriam ser direcionados à Seguridade Social. Qual a dimensão desses desvios para o apontado desequilíbrio do sistema? Qual a sua sugestão, diante da realidade vivida a partir desses desvios?

Acredito que a melhora da gestão da Previdência e das políticas sociais é fundamental para combater esses desvios, principalmente, para conhecer sua real magnitude. Não existem informações consolidadas e consistentes que pudessem permitir uma real avaliação da situação atual por parte da sociedade.

Como o sr. vê a questão das renúncias fiscais, diante de imperativos que são sempre colocados de que não há como evitá-los, em decorrência de peculiaridades características de determinados segmentos? O sr. é a favor da pura e simples eliminação da legislação que dá margem a essas renúncias?

Há três tipos de contribuição no Brasil em que nós jamais poderíamos ter renúncia fiscal: Previdência, Saúde e Trabalho. Mais do que inaceitável, a renúncia fiscal na Previdência, Saúde e Trabalho não é prática no mundo. Renúncia fiscal se faz sobre tributos que não significam risco do ponto de vista da proteção da população.

“Renúncia fiscal se faz sobre tributos que não significam risco do ponto de vista da proteção da população”

Apesar de seu aspecto social, a legislação que concede benefícios às entidades filantrópicas tem sido motivo de abusos, já denunciado inclusive em edições anteriores da Revista de Seguridade Social. Qual a solução a ser adotada em relação a isso? A seu ver, o perfil das entidades filantrópicas hoje está muito abrangente? Como definir esse perfil, para evitar tais abusos?

Volto a afirmar: considero que a re-

núncia fiscal sobre contribuição previdenciária não deve ser feita em relação a qualquer entidade civil, econômica ou social. A única alternativa é a eliminação completa desse tipo de renúncia.

O governo, sempre encarando a reforma pelo lado do corte de benefícios, estabelece como pressuposto a fixação de uma idade mínima, mesmo mantendo o chamado fator previdenciário. Há outra sugestão para dirimir essa questão? O sr. acredita que, da forma como vem sendo praticado, o fator previdenciário tem refletido de forma eficiente a realidade social vivida pelos países?

Não há uma discussão séria nem consistente sobre esse assunto. Seria importante que o Ministério da Previdência prove a sociedade de informações adequadas quanto às expectativas de vida da população beneficiária para a próxima década, da idade média de cessação dos benefícios, quanto ao crescimento das aposentadorias e pensões, dos efeitos do padrão salarial sobre o financiamento da Previdência, dentre outras questões.

A dominância da visão fiscalista nestes últimos 15 anos tem simplificado o debate sobre o futuro do sistema previdenciário, postergando aquele de natureza muito mais complexa. Ao invés de estarmos nos aproximando de uma solução para uma reorganização eficaz do sistema previdenciário, estamos de lá nos distanciando.

A sociedade não dispõe de informações suficientemente consistentes para poder tomar uma decisão em relação a isso. A solução de natureza fiscalista recusa um olhar abrangente sobre os determinantes da evolução do sistema, reduzindo-a a uma equação simplória de ajuste dos gastos via redução do direito ou do valor dos benefícios. É exemplo a proposta para elevação da idade mínima para aposentadoria. Ela pe-

“A sociedade deveria ser informada adequadamente por meio de estudos mais detalhados e mais cuidadosos”

naliza a população de baixa renda, que entra cedo no mercado de trabalho e passa a ser obrigada a ter um período mais longo de contribuição. Favorece a população de alta renda que, ao contrário, entra tarde no mercado de trabalho e a idade mínima não afeta tanto.

Como disse anteriormente, a sociedade deveria ser informada adequadamente por meio de estudos mais detalhados e mais cuidadosos. Não é o que ocorre. Nesse aspecto, eu acho que há um desserviço por parte do Estado, quando os governos não provêm a sociedade de informações detalhadas para a discussão acurada do sistema de previdência. Ou seja: o governo vem com argumentos que buscam fazer com que a sociedade apóie muito mais na crença, utilizando a mídia para bombardeá-la. Foi o que aconteceu em 2003, com a reforma. Não havia informação. Havia um "credo" de que era preciso reformar.

De forma conjuntural, a economia brasileira vem apresentando bons resultados. No entanto, o Brasil cresce pouco, se com-

parado à média mundial e dos países emergentes. Uma das conseqüências do baixo crescimento é a permanência da elevada taxa de desemprego. Segundo o IBGE, temos hoje mais de 46 milhões de trabalhadores ocupados que não contribuem para a Previdência. O que fazer para inserir esses trabalhadores no sistema? A inclusão previdenciária desse contingente resolveria a necessidade de financiamento da Previdência Social?

Tenho certeza que sim. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que o Brasil tem possibilidade de crescer e gerar empregos formais em volume ponderável. Isso nos diferencia dos outros países. O Brasil dispõe de um espaço muito significativo para crescer, havendo maior possibilidade de geração de empregos justamente nas regiões menos desenvolvidas. Outro aspecto

to que eu penso ser importante, e existem sinais disso nos últimos anos, é que o crescimento é fonte relevante em favor da formalização dos vínculos de trabalho. Pode-se observar que o aumento da contribuição para a Previdência é maior do que a geração de empregos formais no período, devido ao processo de formalização. Por tudo isso, temos a possibilidade de resolvermos problemas da Previdência pela ótica das receitas, e não dos gastos. É possível, até 2010, ter uma política para a Previdência que ataque muito mais a receita e se preocupe com a despesa sob a ótica da melhor gestão dos recursos. Nesse tempo, poderemos discutir uma solução adequada para o futuro da Previdência, que atenda os interesses da maioria da população e que interrompa a atual antropofagia social reinante no país.



“A elevação da idade mínima penaliza a população de baixa renda”



Queda de braço no jogo político

Por Viviane Ponte Sena

A 52ª Legislatura nem terminou, mas não faltam especulações sobre qual será a agenda do segundo governo Lula no Congresso. Além das negociações com os atuais parlamentares para a votação de matérias pendentes, o presidente reeleito teve que antecipar a discussão com partidos políticos, governadores e agentes econômicos e sociais sobre a pauta prioritária a ser apreciada pelos deputados e senadores que tomarão posse em 1º de fevereiro de 2007.

A agenda é tão ampla quanto aquela proposta em 2002 e inclui mudanças constitucionais. Definir uma pauta realista de reformas na Constituição é um dos desafios do segundo mandato de Lula, que também terá de organizar um ministério renovado, montar uma base consistente de sustentação no Legislativo e negociar a eleição dos presidentes da Câmara e do Senado.

Depois da experiência do primeiro mandato, o presidente da República não tem mais dúvida de que a aprovação de matéria constitucional depende de entendimento com a oposição. Em 2003, por exemplo, o governo contou com o apoio de parlamentares oposicionistas, especialmente do PSDB, para assegurar que as reformas previdenciária e tributária fossem aprovadas.

Antes de começar a próxima legislatura, o governo busca consenso sobre os enunciados das reformas. A fase seguinte, quando as matérias chegarem ao Congresso, será a negociação no interior do Parlamento Federal. O governo reeleito, considerando a correlação de forças que saiu das urnas, tem plenas condições para a formação de maioria consistente na Câmara e relativa no Senado. Deve ficar atento, entretanto, para não cair na tentação de construir uma hegemonia em torno de seu partido, o PT. Essa aventura de primeiro mandato custou caro ao presidente, mas não chegou a

Antes de começar a próxima legislatura, o governo busca consenso sobre os enunciados das reformas

comprometer a reeleição, principalmente por causa de seu carisma e por não ter sido pessoalmente atingido pela crise ética do PT e de parcela do governo.

Base no Congresso

O Congresso que emergiu das urnas, renovado em média 45% (47,5% na Câmara e 25% no Senado), terá uma nova conformação partidária. Os partidos que conseguiram garantir representação no Congresso totalizam 21, um número que agora fica definido com a derrubada da chamada cláusula de barreira pelo Supremo Tribunal Federal. Alguns dos partidos que não conseguiram atingir o disposto na legislação já haviam inclusive se organizado para amenizar as consequências da cláusula de barreira, e acabaram festejando o entendimento do STF de que a norma era inconstitucional.

Análise preliminar do novo quadro partidário que se formou na Câmara e no Senado revela que o presidente Lula contará na Câmara com os partidos da aliança eleitoral (PT, PC do B e PRB) e poderá incorporar à coalizão de sustentação as seguintes legendas partidárias: PSB, PMDB, PP, PTB, PL e PSC, totalizando 307 votos. Poderá, ainda, atrair o PV e, eventualmente, o PDT, que somariam mais 37 votos, podendo elevar a base aliada do presidente para 344 votos.

No Senado, além do PT, a base do presidente Lula reunirá o PC do B, PRB, PMDB, PTB, PSB, PL, PP e PRTB. Esses partidos somam 44 senadores, número que poderá aumentar se confirmado o apoio do PDT, que tem cinco representantes na Casa.

O Congresso que emergiu das urnas terá uma nova conformação partidária

Comportamento da oposição

Concluído o segundo turno, a oposição ao governo Lula parece ter desistido da revanche cuja meta inicial era o impedimento do presidente. Essa reação ao resultado legítimo do pleito de 2006 é uma demonstração inequívoca de que o padrão de comportamento da oposição no segundo mandato não será muito diferente daquele observado no primeiro mandato.

Três níveis básicos de comportamento deverão se repetir. O primeiro é o de dar apoio consistente ao governo sempre que houver coincidência de agenda. Foi o caso, por exemplo, da desregulamentação do sistema financeiro no mandato atual. O segundo nível é o de apoio condicionado aos temas com custos concentrados, conforme ocorreu em 2003 nas votações das reformas previdenciária e tributária. Oposição intransigente, o que

seria um terceiro nível de comportamento, deverá ser manifestada no exame de matérias consideradas eleitoreiras ou que favoreçam apenas a situação. Identificam-se com essas características propostas para criação de órgãos e cargos e de reajuste do salário mínimo e dos aposentados.

Agenda do segundo mandato

O presidente reeleito saiu das urnas com a tarefa prioritária de dar prosseguimento à agenda pendente de final de governo. Até o encerramento da atual legislatura, o governo pretende concluir a votação de matérias como o marco regulatório do setor de saneamento, a unificação do ICMS e o aumento de repasse do Fundo de Participação dos Municípios, além do Fundeb e da Receita Federal do Brasil, esta última já aprovada pelo plenário do Senado, após passar sem problemas pela CCJ - Comissão de Constituição e Justiça, o que derrubou de uma vez por todas as especulações de que o projeto conterá inconstitucionalidades.

Fazia parte dessa agenda, mas já teve sua apreciação ultimada no Parlamento, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, também conhecida como Supersimples. Até o fechamento desta edição o presidente ainda não havia sancionado a lei.

Quando o enfoque sai da pauta remanescente para as prioridades do segundo mandato, fica claro o conflito de agendas entre o setor produtivo, o mercado financeiro e os movimentos sociais, o que se acentua com as especulações diárias da imprensa acerca das reformas constitu-

cionais. Apesar de haver coincidência nos temas, não há consenso sobre o conteúdo, abrangência e hierarquia das reformas.

O presidente, ministros e outros membros de sua equipe, além das lideranças de apoio no Congresso, tentam manter discurso unânime sobre o assunto. O líder do PT na Câmara, deputado Henrique Fontana (RS), confirma como prioridades do segundo mandato de Lula as reformas política e tributária. Quando o assunto é reforma da Previdência, o petista é tão enfático quanto o presidente ao descartá-la. Segundo Fontana, “noventa por cento do esforço nesse tema será em direção à questão gerencial, de qualificação da gestão previdenciária, reequipamento e regulamentação da Previdência complementar para os novos segurados”.

O líder encerra o assunto com a convicção de que “reforma da Previdência do jeito que está se falando na imprensa não está na agenda do governo. Toda essa história de idade mínima e outras alterações no regime geral é especulação, é vontade de quem quer forçar uma agenda que não é a agenda deste governo”. Fontana disse que o governo precisa entrar com muita força no primeiro semestre. Para ele, há acúmulo de debates e o País vive um momento político histórico em que “poderá avançar e subir muitos degraus”.

A síntese do segundo mandato de Lula, pontifica Fontana, “é fazer o Brasil crescer mais do que cresceu no primeiro”. A vantagem agora seria justamente esse acúmulo de debates, negociações e apoio político que vem ocorrendo de forma institucional. “Há um novo tipo de governabilidade, que

assegura mais estabilidade à coalizão que está se formando”, conclui.

Um dos primeiros conflitos no confronto das agendas do governo e do mercado financeiro está na Previdência. Aquilo que é descartado pelo governo é pauta prioritária para os “operadores do capital”. A confirmação está registrada em pesquisa feita um pouco antes da eleição pela consultoria política Arko Advice. Um questionário respondido por cinquenta representantes de 27 instituições com atuação no mercado financeiro apurou a opinião dos clientes da consultoria acerca do quadro sucessório.

As quatro reformas constitucionais prioritárias para o mercado financeiro, segundo os dados aferidos na pesquisa, são: a previdenciária, a política, a tributária e a fiscal. Outra informação tabulada diz respeito às condições de o titular do Poder Executivo aprovar essas reformas no Congresso. Como o questionário foi aplicado durante a campanha eleitoral, na polarização entre

O presidente reeleito saiu das urnas com a tarefa prioritária de dar prosseguimento à agenda pendente de final de governo



Cristiano Noronha: “O mercado precisa saber se as contas do governo estão minimamente equilibradas”

Lula e Alckmin, o presidente reeleito ficou muito atrás do candidato do PSDB. Para o mercado, Alckmin teria mais de 80% de chances de emplacar a pauta reformista contra apenas 6% de Lula.

Mesmo depois da emblemática vitória de Lula em segundo turno, o mercado continua pouco otimista em relação às reformas constitucionais que elencou como essen-

ciais. No caso da Previdência, em vez de uma sinalização clara pró-reforma, o governo nega qualquer mudança mais radical que contemplaria temas como a desvinculação do benefício previdenciário do salário mínimo.

O analista político sênior da Arko Advice, Cristiano Noronha, explica que a Previdência é prioridade para os clientes da empre-

sa porque “o mercado financeiro sempre fica de olho na qualidade das contas do governo, do gasto público. Como compra título do governo, o mercado precisa saber se as contas estão minimamente equilibradas”.

Na análise de outra informação revelada na pesquisa – urgência da reforma política – Noronha pondera que o assunto ganhou importância por causa da conjuntura de escândalos envolvendo administradores públicos e parlamentares. “De todas as reformas, a política é a que pode garantir governabilidade, fortalecer os partidos institucionalmente e diminuir os riscos de corrupção”.

Na opinião de Noronha, que também é mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília, o aumento da governabilidade como consequência da reforma política se justifica pelo fato de que “partidos fortalecidos, com fidelidade partidária, tomarão decisões que terão de ser seguidas pelo conjunto de seus integrantes. A fidelidade, portanto, tende a facilitar a interlocução com o Congresso, ou seja, as divergências serão bastante minimizadas no interior de cada legenda”.

Para fechar a lista de prioridades, os representantes do mercado financeiro consultados pela Arko Advice escolheram as reformas tributária e fiscal. Demanda número um do setor produtivo (empresarial), a reforma tributária também é motivo de preocupação para os “operadores do mercado”. A diminuição da carga tributária, até porque significará perda de receita, teria, contudo, de vir acompanhada de uma reforma fiscal, nesse caso em âmbito infraconstitucional, para coibir fraudes, sonegações

e renúncias fiscais.

A questão fiscal está no centro de debates do setor produtivo. No dia 28 de novembro, em solenidade de posse da nova diretoria da CNI, o presidente Armando Monteiro Neto, que acabou de ser reeleito deputado federal pelo PTB de Pernambuco, disse que o principal obstáculo ao crescimento da economia brasileira é a questão fiscal.

Além de atacar a questão fiscal, Monteiro Neto ressaltou que o Brasil só crescerá de forma sustentável se construir um consenso em torno das reformas tributária, previdenciária, trabalhista e política. “O não enfrentamento das reformas institucionais limita nossa capacidade de romper a equação da economia de baixo crescimento”, alertou.

Conviver com uma carga tributária superior à média dos países ricos e com uma elevação dos gastos correntes superior ao do Produto Interno Bruto representa, segundo Monteiro Neto, “conformar-se com a manutenção do insatisfatório padrão de crescimento que vigorou nas últimas décadas”. Para o dirigente da CNI, a reforma fiscal depende da maior eficiência do Estado e de mudanças significativas no sistema tributário e previdenciário.

No discurso de posse, Monteiro Neto disse ainda que “o crescimento econômico sustentado é a principal bandeira do setor industrial, consubstanciada nas diversas agendas produzidas pela CNI e que servem de base para o diálogo com o Executivo, o Congresso e a sociedade”.

Queda de braço

No segundo mandato de Lula, os movimentos sociais também

buscarão implementar agendas específicas no Congresso Nacional. Para serem protagonistas na queda de braço do jogo político, a relação com o presidente reeleito terá que se dar em novas bases. O alerta é do analista político e diretor do Diap (Departamento Intersindical de Asses-

Mesmo depois da vitória de Lula em segundo turno, o mercado continua pouco otimista em relação às reformas

so ria Pa rl am en ta r), An t ô n i o Augusto de Queiroz. “O perfil socioeconômico e a correlação de forças do novo Congresso demonstram que as frentes conservadoras ganharam grande impulso”, argumenta Queiroz.

Para ilustrar o argumento, o analista político informa que houve um crescimento expressivo dos parlamentares que não dependem de renda assalariada, particularmente da bancada empresarial e dos profissionais liberais; um fortalecimento, com a chegada de novos quadros, da bancada ruralista, inclusive do pessoal vinculado ao agronegócio; e uma redução da bancada sindicalista e da representação dos

trabalhadores, do setor público e privado, notadamente dos trabalhadores rurais. Esses dados estão compilados na publicação Radiografia do Novo Congresso – Legislativa 2007-2011, editado recentemente pelo Diap.

Queiroz explica que “no primeiro mandato, muitos setores do movimento social, imaginando estar ajudando o presidente, deixaram de pressioná-lo e, em alguns casos, passaram a considerar como oposição críticas corretas às políticas governamentais. Essa postura abriu uma avenida para que os setores conservadores pressionassem e arrancassem do governo decisões que jamais conseguiriam caso os setores sociais estivessem disputando o conteúdo dessas políticas, fazendo o contraponto”.

O analista complementa o raciocínio ao afirmar que o recado das urnas foi claro: apoio à ampliação dos programas sociais, ao crescimento econômico, à geração de emprego e renda, mas com mudanças na gerência e mais transparência e ética na ação administrativa. “Ou o movimento social age com inteligência, estratégias e táticas bem definidas, ou corre o risco de perder de novo para os setores conservadores”.

O capital político do presidente Lula é grande, mas será consumido rapidamente, avalia Queiroz. Assim, ou ele aproveita o ambiente favorável e promove as reformas no primeiro ano de mandato, ou a sucessão presidencial poderá atropelar sua segunda oportunidade de governar o País. Com tantos atores e agendas em disputa, o êxito do presidente no enfrentamento de seus primeiros desafios, em especial a definição de uma pauta de reformas negociada, será fundamental para dar marca à Era Lula.

Receita Federal do Brasil já é realidade

O Brasil já pode ter certeza de que a unificação das secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária é uma realidade. Com a aprovação do projeto, pelo Senado Federal, na noite de 13 de dezembro, só resta agora à Câmara dos Deputados aceitar ou rejeitar as emendas apresentadas pelos senadores. Até o fechamento desta edição, a matéria estava na pauta da Câmara para ser novamente votada, em razão das modificações introduzidas no Senado por meio de emendas. Vencida essa etapa, a RFB passa a ser uma realidade, após sanção presidencial.

A aprovação do projeto é uma vitória dos que se engajaram na luta por uma estrutura de arrecadação mais moderna, ágil e competente. Trata-se do coroamento da luta promovida pelos que sempre defenderam a modernização da Administração Tributária no Brasil. A ANFIP sempre atuou ao lado das entidades que lutaram com firmeza pela aprovação da nova estrutura, por entender que ela efetivamente representa um ganho para a Previdência, por promover a modernização da arrecadação. O projeto, além de todos os benefícios, garante segurança adicional para a arrecadação previdenciária, ao determinar, no art. 2º, § 1º, que o produto das contribuições previdenciárias será mantido em contabilidade e controles próprios e segregado dos demais tributos, sendo creditado



diretamente no Fundo do Regime Geral de Previdência Social, fazendo com que os recursos não passem mais pela conta única do Tesouro Nacional, o que evitará que sejam utilizados indevidamente.

Durante todos os meses de mobilização pela aprovação do projeto, a ANFIP trouxe a Brasília, por diversas vezes, representantes dos vários Estados, e negociou em todas as instâncias de poder. Outra preocupação foi a de defender o direito dos aposentados, garantindo a inclusão, no projeto, do princípio da paridade com os ativos. Na prática, a oposição ao PL 20, promovida por uma minoria, significou a negação do direito dos aposentados à pari-

dade, garantida em seus dispositivos. Esse foi apenas um dos inúmeros equívocos dos que combateram a medida procurando preservar mais seus próprios interesses do que promover os benefícios que essa modernização trará para o país e para os contribuintes.

A primeira vitória no Senado ocorreu uma semana antes, com a aprovação do projeto na CAE – Comissão de Assuntos Econômicos. Logo no dia seguinte, a matéria foi aprovada na CCJ – Comissão de Constituição e Justiça, afastando dessa forma todas as especulações de que o projeto continha inconstitucionalidades. A ANFIP acompanhou cuidadosamente toda a tramitação